

Reportagem especial *

A energia que vem da floresta

ÁREA INDÍGENA SAGRADA VAI VIRAR HIDRELÉTRICA

Nas corredeiras do Rio Teles Pires, na divisa entre Pará e Mato Grosso, usina ocupa área onde índios cultuam antepassados

Renée Pereira / TEXTO
Marcio Fernandes / FOTOS
PARANAÍTA (MT) e JACAREACANGA (PA)

N a curva onde o rio divide os Estados do Pará e Mato Grosso, as águas esverdeadas e velozes do Teles Pires escondem um santuário de belezas naturais e um reino místico da cultura indígena. Para o “homem branco”, nada mais é do que a sequência de sete quedas de corredeiras. Entre os povos indígenas, trata-se de um lugar sagrado, que não pode ser mexido. Ali, entre ilhas, pedras e uma mata ainda intocada, eles acreditam que vivem os espíritos de seus antepassados, a mãe dos peixes e da água. “Se for destruído, coisas ruins vão acontecer para o homem branco e para a comunidade

indígena”, prevê o cacique João Mairavi Caiabi, que aos 51 anos comanda 206 pessoas da aldeia Cururuzinho.

Segundo ele, algumas dessas maldições já perturbam o dia a dia dos índios: “Temos pessoas com suspeita de tuberculose. Isso nunca aconteceu antes na comunidade. É reflexo das intervenções no rio e na floresta”. Os caiabis moram a alguns quilômetros das corredeiras Sete Quedas, nas margens do rio onde está sendo levantada a Hidrelétrica de Teles Pires, a quarta maior usina em construção no Brasil, com 1.820 megawatts (MW) de potência – energia suficiente para abastecer 5 milhões de habitantes, a maioria do Sudeste.

Na região, também moram os índios da etnia mundurucu, considerados mais arredios, e apiacá, que juntos somam uma população de cerca de 600 índios – alguns deles são acusados de nunca te-

ONDE FICA



rem ido nas Sete Quedas. A exemplo de outras obras, como Belo Monte (PA), a barragem, de R\$ 3,6 bilhões, enfrenta fortes protestos de índios, ambientalistas e do Ministério Público, contrários à ex-

● **No comando**
O cacique João Mairavi Caiabi comanda 206 índios na aldeia Cururuzinho, que fica no Estado do Pará



pansão das usinas na Amazônia. A ocupação do cacique João é que, só na Baía do Teles Pires, devem ser construídas mais quatro hidrelétricas, além das duas em andamento (Teles Pires e Colíder). Para tirar os projetos do papel, cerca de 70 mil hectares de floresta dariam lugar aos lagos – isso significa 70 mil campos de futebol.

Embora elevado, o número é bem inferior ao das usinas do passado – a Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, inundou quase três vezes mais para gerar apenas 275 MW. Hoje, diante da preocupação ambiental, quase todas as usinas são a fio d'água, sem grandes áreas de reservatório. Se por um lado reduzem a potência da unidade, por outro diminuem substancialmente o impacto ambiental. Isso não significa, entretanto, impacto zero, especialmente para os indígenas.

Compensação ambiental. O lago de Teles Pires terá 9,500 hectares de área inundada, sendo que 7 mil hectares terão de ser desmatados. Em compensação, a Companhia Hidrelétrica de Teles Pires (CHTP, formada por Neoenergia, Furnas, Eletrosul e Odebrecht), que detém a concessão da usina, terá de pôr em prática 45 programas sociais, ambientais e indígenas, num total de quase meio bilhão de reais (15% do valor total da obra).

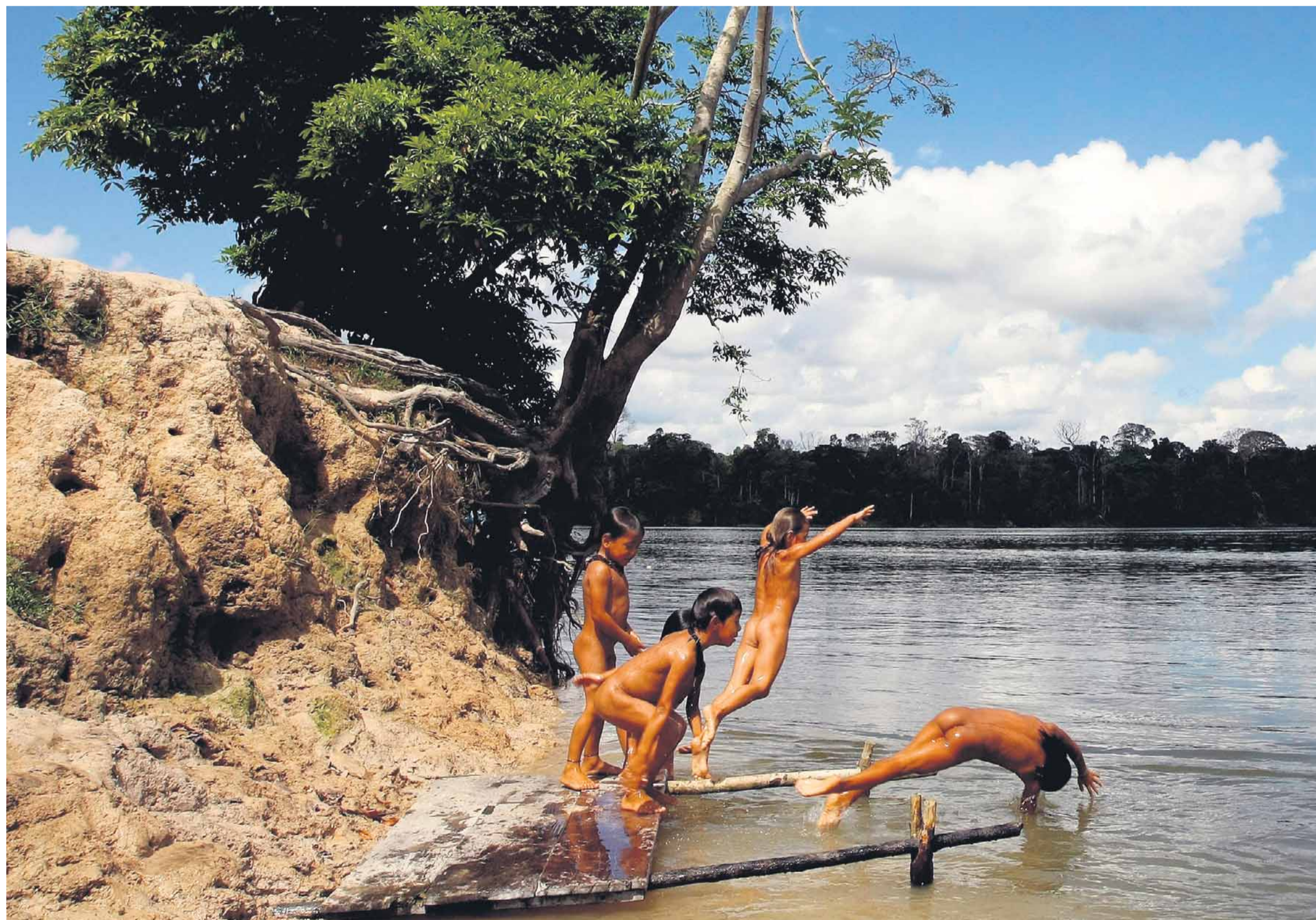
Estão sendo criados projetos de monitoramento de clima, água e solo; controle de prevenção de doenças; construção de escolas, unidades de saúde, terminal rodoviário, pontes e a pavimentação de ruas. Há ainda programas de resgate de fauna e flora de toda área impactada, além do monitoramento de algumas espécies em extinção. Não importa se é um grande mamífero ou simplesmente uma borboleta, como a Agriás Claudina, ameaçada no Pará. “Todos precisam ser resgatados e catalogados”, afirma a gerente de Meio Ambiente da CHTP, Maira Fonseca Moreira Castro.

Mas, numa região com a biodiversidade tão rica como na Amazônia, é praticamente impossível evitar todos os prejuízos. Maira conta que já foram resgatadas 1.084 espécies diferentes de árvores na área da usina, sendo que 638 delas foram descobertas após os estudos de impacto ambiental. Só de orquídeas são 85.326 espécies diferentes. Tudo isso catalogado e resgatado por 60 pessoas.

O Plano Básico Ambiental (PBA) indígena é tratado a parte. A CHTP desenhou 12 programas com investimentos para atender as 12 aldeias indígenas da área. Mas a proposta está longe de atender aos anseios das lideranças da região, que ainda não aprovaram o documento. “O PBA está muito fraco. Precisamos de projetos melhores na saúde, educação e habitação”, afirma Elenildo Caiabi, um jovem de 25 anos que conhece bem tanto a cultura indígena como a do “homem branco”. Para ele, as aldeias precisam reivindicar seus direitos enquanto a usina está em construção. “Depois vão todos embora e



Polêmica. Área dos índios caiabis, no s



ÍNDIOS E BRANCOS VIVEM EM CLIMA HOSTIL

N o lugar da placa de “Bem-vindo”, uma faixa com letras garrafais escancarou um problema que vai além da construção da Hidrelétrica de Teles Pires. É com a frase “Unidos contra a demarcação de terras indígenas” que a pequena cidade de Paranaíta, de 10 mil habitantes, recebe seus visitantes. A demarcação para elevar de 117 mil para mais de 1 milhão de hectares o tama-

nho da reserva das três etnias (caiabis, mundurucus e apiacás) deveria ter sido iniciada dia 22, mas foi suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No município, que teve origem em 1979 e foi emancipado sete anos depois, conta-se nos dedos quem seja a favor dos índios. Naturalmente, os fazendeiros que ajudaram a fundar a cidade são os mais arredios. Foram eles que patrocinaram a confecção de várias faixas espalha-

das pela cidade. Algumas, no entanto, foram assinadas pela própria prefeitura de Paranaíta. “Temos de defender o lado da economia. Há um grupo de pecuaristas que terão os investimentos inviabilizados. Além disso, vamos perder as jazidas de calcário na região, que não poderão ser exploradas”, observa o prefeito de Paranaíta, Pedro Miyazima.

Mas não são apenas os latifundiários que hostilizam os índios. Até mesmo

● **Terras**
117 mil
hectares de terra é o tamanho atual da reserva dos índios da região – os caiabis, os mundurucus e os apiacás. Eles brigam pela extensão de seu território para um milhão de hectares

aqueles que se dizem descendentes, como José Hermínio da Silva, são contra as tribos locais. “Eles se intrometem em tudo”, reclama o baiano, de 77 anos, que chegou em Paranaíta em 1988 para trabalhar no garimpo. Não fez fortuna, mas conseguiu comprar uma casa e dois lotes de terra. “Vendi uns 80 quilos de ouro, mas reinvesti tudo. Continuo pobre”, conta ele, que guarda na boca as lembranças da época do garimpo. Seus dois caninos são revestidos de ouro.

Do outro lado, os povos indígenas reclamam da agressividade do “homem branco”. “Quando chegamos na cidade,

● Nota 9.1

Maria Cremilda, de 37 anos, fez curso de eletricista no projeto Acreditar, da Odebrecht, e hoje está em Teles Pires



● Tradutor

Esdras Hector, de 28 anos, chegou ao Brasil sem falar uma palavra de português. Hoje é tradutor dos contêrraneos



nós ficamos apenas com os prejuízos, sem lugar para caçar e pescar.”

A lista de equipamentos pedidos pelos índios à CHTP é grande – e cara. Inclui caminhonetes importadas, como Mitsubishi, barcos e motores, antenas parabólicas, etc. A justificativa é a localização. Para chegar à aldeia Cururuzinho, no Pará, há duas alternativas. De avião, gasta-se meia hora saindo de Paranaíta, a cidade mais próxima no Estado de Mato Grosso. Mas esse é um meio de transporte apenas para os visitantes. Normalmente, os índios levam cinco horas para chegar à cidade, sendo duas horas de carro e mais três horas de barco.

Modernidades. Na comunidade, cerca de um lado pelo Rio Teles Pires e de outro pela Floresta Amazônica, as casas – algumas retangulares e outras, ovais – ainda são feitas de madeira e cobertas de folhas de palmeiras. No chão, apenas terra batida. A única casa de alvenaria é reservada aos visitantes da aldeia. Mas al-



Pará: demarcação suspensa

guns avanços da cidade já fazem parte da vida dos caiabis. A aldeia tem um orelhão e energia elétrica produzida por gerador, que funciona à noite ou quando alguém precisa usar o computador, por exemplo.

Eles têm fogão a gás, mas quase nunca usam. Preferem o fogão a lenha, improvisado com tijolos e uma chapa, melhor para assar peixes e carne de animais nativos, como jacu, cateto e paca. Alguns alimentos do “homem branco” também integram as refeições dos índios, como arroz, café e açúcar. “Mas preferimos o peixe, a caça e a farinha de mandioca, plantada aqui do lado”, afirma Valdete Caiabi, que aos 25 anos é mãe de cinco filhos. “Dizem que não vai ter nenhum impacto para nós. Mas temos parentes que moram perto de outras hidrelétricas e hoje não têm mais peixe para comer. O rio é o nosso mercado”, diz ela.

Em março, a Justiça suspendeu a licença de instalação da usina, alegando que os índios não haviam sido ouvidos. As obras, na época com 2 mil trabalhadores, ficaram paralisadas por 12 dias. A CHTP teve de alugar avião para levar os trabalhadores para casa durante esse período.

De acordo com a empresa, todas as audiências públicas foram feitas dentro da lei e gravadas. Mas para o procurador da República no Pará, Felício Pontes, pela lei, é o Congresso Nacional que tem de fazer oitivas nas aldeias indígenas e não engenheiros e executivos. Segundo ele, entre Ministério Público Federal e Estadual, há cerca de 11 ações propostas contra a usina de Teles Pires.

“Fizemos várias alterações no projeto para reduzir os impactos ambientais na região. Vamos produzir mais megawatts com menos área alagada e devastada”, afirma o diretor de Sustentabilidade da CHTP, Marcos Azevedo Duarte. As mudanças, no entanto, não seduzem os caiabis: “Queriam o rio do jeito que Deus deixou”, diz Valdete.



Paraiso. Crianças caiabis brincam no Rio Teles Pires: risco de conflito

ouvimos: Por que esses índios estão aqui? Por que não ficam em suas aldeias?”, relata Elenildo Caiabi. Segundo ele, seu povo está estudando e conhecendo melhor a cultura do não índio para lutar pelos seus direitos.

“Eles alegam que um 1 milhão de hectares é muito para nós, mas nunca nenhum deles veio aqui saber como vivemos”, diz Elenildo, referindo-se aos prefeitos e governadores dos Estados do Mato Grosso e Pará. Da mesma forma, os índios são acusados de nunca terem ido às corredeiras Sete Quedas, que hoje dizem ser um local sagrado. A briga pela demarcação

das terras já dura mais de 23 anos. “O governo fez tanta promessa e não cumpriu nenhuma delas. Mas não vamos desistir”, completa Valdete Caiabi.

A decisão da Justiça de suspender a demarcação poderá ter reflexo na construção da Hidrelétrica de Teles Pires, vista como moeda de troca para a comunidade indígena. O cacique João Mairavi Caiabi ameaça invadir o canteiro de obras da usina se o governo federal não resolver logo a situação. “Os fazendeiros têm medo de perder suas propriedades. Nós temos medo de perder nosso rio, nossa floresta, nossa comida”, completa Valdete.



Novo cenário. Canteiro da usina de Teles Pires: índios exigem demarcação de reserva e ameaçam parar as obras

NO MEIO DA FLORESTA NASCE UMA CIDADE DE 7 MIL HABITANTES

Uma pequena cidade de 7 mil pessoas está sendo levantada em plena Floresta Amazônica.

Tem mercearia, lanchonete, cinema, estúdio de rádio e TV, salão de jogos, academia de ginástica, campo de futebol, área para cultos e missa, barbearia e, em breve, um salão de beleza. Distante 80 quilômetros do município mais próximo, o local deu lugar ao canteiro de obras da Hidrelétrica de Teles Pires, que foi projetado para atender todas as necessidades dos trabalhadores.

“Foi uma forma de oferecer entretenimento aos funcionários da obra. Assim buscamos também evitar futuros conflitos”, afirma Antônio Augusto de Castro Santos, diretor de contratos do consórcio construtor da usina, formado por Odebrecht, Voith e Alstom. Com atividades e locais de lazer, a empresa espera afastar o risco de brigas como as que ocorreram em Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, e mais recentemente em Belo Monte. Além disso, por causa das dificul-

dades logísticas, 100% dos funcionários do empreendimento são obrigados a viver em alojamento.

Por enquanto, são 3 mil pessoas – 10% delas mulheres. Mas no pico da obra, em maio do ano que vem, serão 7 mil funcionários morando à beira do Rio Teles Pires. Apesar de folgarem aos domingos e feriados, a maioria acaba ficando no canteiro de obras por causa dos problemas de acesso às cidades. Para chegar à Paranaíta, são quase duas horas de carro em estrada de terra, pontes de madeira e muita poeira. Se decidirem ir para Alta Floresta, a maior cidade da região e que tem melhor infraestrutura, serão quase três horas.

Hoje os funcionários de Teles Pires trabalham em dois turnos, das 7h às 17h20 e das 17h30 às 3h20, considerando uma hora de almoço e duas horas extras – o que ajuda os trabalhadores a incrementarem a renda. “Nunca tive um retorno financeiro tão bom como estou tendo aqui. Já estou conseguindo guardar dinheiro pa-

ra faculdade das minhas filhas”, comemora Leandro Cesar Rosa, de 35 anos, cozinheiro e locutor da rádio da hidrelétrica nas horas vagas. “Apresento o programa *Good Time*, só com músicas românticas.” Mineiro de Conceição dos Ouros, ele morou boa parte da vida na cidade paulista de São José dos Campos. “Mas um dia decidi trocar minha casa por um caminhão, coloquei os móveis dentro e vim com minha mulher para Paranaíta. Isso foi há cinco anos.”

Antecipação. Apesar dos 12 dias de paralisação por causa da liminar que suspendeu a licença de instalação e repressou o atraso de um mês nas obras, a expectativa é que a primeira das cinco turbinas da usina entre em operação com três meses de antecedência, em fevereiro de 2015. No total, 700 caminhões, tratores e retroscavadeiras vão retirar do local 5 milhões de metros cúbicos de rocha e 4,5 milhões de solo.

Cerca de 20% da frota pertence a empresas terceirizadas. São quase 20 companhias de vários setores, que estão ajudando a turbinar a arrecadação dos municípios. Em Paranaíta, a receita dobrou, diz o prefeito Pedro Miyazima. Mas, pelos boatos que circulam na região, o efeito nos cofres da cidade é maior. No ano passado, a arrecadação somou cerca de R\$ 600 mil de janeiro a outubro. Agora o valor já está em torno de R\$ 2 milhões por mês.

Por enquanto, o único plano do prefeito é elevar os atuais 5% de ruas pavimentadas para 80%. No primeiro programa, que inclui quatro trechos de asfalto, serão investidos R\$ 2,8 milhões. Outro projeto mais pomposo, no entanto, já está a pleno vapor. A cidade vai ganhar uma Praça dos Três Poderes, nos moldes de Brasília. “Queremos melhorar a qualidade de vida da cidade. Quem sabe os trabalhadores da obra não resolvem ficar por aqui quando a construção da usina terminar”, observa o prefeito. Enquanto isso, a delegação do município está interdita. “Isso é investimento do governo estadual.”



Migrantes. Operários haitianos em curso de português no canteiro de obras

HAITIANOS SONHAM COM VAGA NA USINA

O sonho do brasileiro de vencer no exterior agora também embala a esperança dos haitianos. Mas no sentido contrário. Depois do terremoto de 2010, muitos deles viram no Brasil a saída para uma vida melhor. A história é parecida. Saem de suas cidades sem saber o que encontrar pela frente, com pouco dinheiro no bolso e sem conhecer uma palavra do idioma local. Foi assim com Esdras Hector, um rapaz de 28 anos, estudante de Direito, que hoje faz parte da equipe de funcionários da usina Hidrelétrica de Teles Pires.

Do Haiti até Brasileia, no Acre, foram 26 dias de viagem. Primeiro, pegou um avião até o Equador. Depois, de ônibus para Lima, no Peru. Comprou um mapa da América do Sul e foi seguindo rumo ao Brasil com outros 100 haitianos. “Quando cheguei em Iñapari (Peru), fronteira com o Brasil, a ponte que liga à cidade de Assis Brasil estava fechada.

Mas consegui chegar a Brasileia.”

Na cidade, lotada de seus contêrraneos, Hector conheceu um americano casado com uma brasileira, que lhe deu três livros: um sobre a vida de Marina Silva, outro sobre a trajetória de Mandela e o último sobre Darcy Ribeiro. Todos em português. “A partir daí, fiz de tudo para aprender o idioma. Assisti jornal, vi novela e comecei a ler os livros. Traduzia o texto pelo Google em três línguas e via qual tinha mais sentido”, lembra o haitiano, que já falava francês, inglês, crioulo e espanhol.

Três meses depois, já conseguia falar português. A fluência lhe ajudou a conquistar uma vaga no consórcio construtor de Teles Pires, como assistente administrativo. Mas Hector quer mais. Sonha em ser advogado da Organização das Nações Unidas (ONU) e, mais no futuro, ministro da Educação de seu país. “Estou com 28 anos. Já perdi muito tempo”, diz ele, que gostaria de trazer os pais e irmãos para morar no Brasil.

Hector é o tradutor de outros 39 haitianos que trabalham na obra e só agora começam a aprender o idioma, com aulas diárias de português. Amicol Termitus, de 54 anos, já arrisca algumas frases no idioma brasileiro. Ele tem mulher e qua-

tro filhos no Haiti. Um outro trabalha na República Dominicana. “Todo dinheiro que ganho mando para minha família. Lá, tenho de pagar aluguel de casa e escola para os filhos. E é tudo caro”, diz ele, que também quer trazer mulher e filhos para o País.

Cerca de 45% da mão de obra da hidrelétrica é do Estado do Mato Grosso. O restante vem de outras partes do Brasil, como a auxiliar de limpeza Débora Santos, de 20 anos. Ela saiu da cidade de Maceió (AL) para conseguir o primeiro emprego, deixando para trás a filha de três anos com a avó. “Apesar da saudade, vale a pena. Agora tenho dinheiro para comprar brinquedos e roupinhas para ela”, diz Débora, que viajou pela primeira vez de avião na última folga que teve na obra – tudo pago pela hidrelétrica. “No começo estava com medo. Mas agora só quero viajar de avião.”

estadao.com.br

TV Estadão. Indígenas entre MT e PA temem construção de usina
www.estadao.com.br/e/telespires